



Declaração Política

Contra a austeridade, pelos valores de Abril e do 1º de Maio

No breu da noite dos quarenta anos de fascismo, a desesperança, o medo e o desespero eram os sentimentos dominantes; porém, as bolsas e movimentos de resistência, clandestinidade e audácia agiam com determinação nos subterrâneos da liberdade, emergindo esporadicamente, em explosões revolucionárias e patrióticas que na realidade da desproporção de forças, eram facilmente, reprimidas pelo poder fascista, pelos seus algozes, as suas tropas e a sua polícia política, a odiada PIDE. Até que numa maravilhosa madrugada, o povo pôs-se de pé e através do Movimento das Forças Armadas - MFA reiniciou o seu próprio caminho. Estávamos em 25 de Abril de 1974.

A partir de então, dia após dia, mês após mês, ano após ano, a revolução foi consolidando-se. Um ano volvido e num primeiro tempo realizaram-se as primeiras eleições LIVRES. Todos quiseram votar, eram filas e filas de gente de todas as idades e classes sociais, letrados e analfabetos, felizes no cumprimento do seu dever e no dizer de alguns, “o dia mais feliz das suas vidas”, pois jamais o haviam feito. A escolaridade tornou-se universal e obrigatória, tal como o serviço nacional de saúde e a segurança social. Estávamos cada vez mais próximos do tecido social dos países mais desenvolvidos de então, multiplicando-se as escolas públicas do ensino básico e secundário, enquanto no ensino superior, nasciam numerosos institutos e faculdades. A investigação científica que nos estava praticamente interdita, tomou forma, tal que nos nossos dias configurou-se, mesmo, como notável no contexto internacional. Na saúde o povo constatou quão falsa era a ideia, inculcada ao longo de gerações, que aquela apenas, estava assegurada aos mais ricos e que do mesmo modo, se submetia a desígnios divinos ou naturais. Assim, o apoio e vigilância na maternidade tornou-se possível e permanente. Institucionalizou-se o mesmo na infância e a pouco e pouco, estes cuidados alargaram-se a toda a população que no caso dos idosos, se revelou excepcionalmente eficaz, com consequências claras na qualidade e esperança de vida. A precariedade no emprego diminuiu severamente; e a realidade entre os licenciados, nas primeiras décadas do pós 25 de Abril, era: curso acabado emprego assegurado.

Num segundo tempo da nossa revolução, fez-se a CONSTITUIÇÃO da República que deu força aos direitos conquistados e consolidou outros que entretanto se implementavam.

E hoje? Onde mora o medo?

Em 2011, após a tomada de posse desta legislatura cuja propaganda de campanha sublinhara a defesa da estabilidade e qualidade de vida das famílias, a surpresa foi total, tal como, a estupefação e o choque que se revelaram brutais! Não, não era verdade! Não poderiam estar a diminuir os salários e pensões; salários e pensões pré- estabelecidos em contratos celebrados com o estado. Não poderiam estar a retirar abonos de família e taxas moderadoras. Não, não poderia estar a legislar-se novas leis do trabalho contra os trabalhadores, com incremento de horas de trabalho, flexibilização dos despedimentos individual e coletivo a níveis jamais praticados após a institucionalização das leis protetoras do trabalho e dos trabalhadores e dos direitos adquiridos entre os reformados e pensionistas.

Não, não acreditávamos que avós com pensões de miséria, incapazes de suprir as suas necessidades básicas como os cuidados de saúde, nomeadamente, a farmácia e mesmo, a alimentação e que haviam imaginado, um cenário absolutamente diferente porque esperado e contratado, que lhes traria tranquilidade e bem-estar, encontravam-se, agora na situação de ter de acolher e subsidiar seus filhos desempregados, que tendo perdido a habitação, precisaram de regressar à casa dos progenitores com os seus descendentes, carentes de ambiente familiar equilibrado e salutar.

Instalou-se, de novo, o medo... O medo de ficar sem emprego, o medo de não poder criar os filhos, o medo da impossibilidade de projetar no futuro a própria vida, procriar, ter casa, manter os pais cuidados e tranquilos com as suas reformas estabilizadas. O medo de envelhecer sozinho, sem saúde, sem dinheiro para alimentos e medicamentos. Enfim, o medo de ter que inserir-se em longas e humilhantes filas para pedir alimento. O medo de ter de habitar em buracos fétidos e pútridos.

A verdade é que hoje os idosos sentem-se sobe sequestro!

A atual situação social que se vive em Portugal é não só injusta, como, altamente indigna, configurando mesmo, em certos casos, um atentado contra a dignidade humana.

Um povo que perde direitos, ouvindo, repetidamente, o argumento por parte do governo e das autoridades europeias e FMI que tais medidas se destinariam/destinarão a colmatar a dívida externa que acumulara junto da TROIKA por via do quanto esbanjara acima das suas possibilidades, é um povo revoltado por se sentir difamado por tão ignóbil acusação. Esta mentira é tão mais ultrajante,

quão magros eram os orçamentos familiares que a larga maioria dos portugueses auferia.

O concelho da Maia, com mais de 136.000 habitantes não escapa como os demais territórios, às consequências da política implementada pela coligação PSD/CDS nos últimos quatro anos. o programa de austeridade, na sua aplicação, revelou-se o mais brutal de que há memória na nossa democracia.

No nosso concelho estão registados cerca de 10.000 desempregados e mais de duas mil famílias a serem forçadas a recorrer ao RSI (recebendo em média 212,89€). Estas são, apenas, algumas das marcas da atual governação. No país, a austeridade produziu mais desemprego, maior baixa de salários e mais desigualdade social. Uma em cada três crianças é afetada pela pobreza. São cada vez mais os jovens que se vêm obrigados a abandonar o ensino superior e a emigração é como uma torneira aberta que não para de jorrar.

É no mundo do trabalho que o ataque é mais forte: foram destruídos cerca de 600.000 postos de trabalho, sendo que nem metade dos desempregados recebe subsídio e o universo de trabalhadores abrangidos pela contratação coletiva passou de mais de 1 milhão em 2010 para menos de 200.000 em 2013. Os direitos laborais não são respeitados. A luta pelas 35 horas de trabalho semanal continua a ser de expoente elevadíssimo, sendo de referir que os trabalhadores municipais do concelho da Maia continuam a aguardar a sua aplicação como já acontece noutros municípios. O aumento no IRS (rendimentos do trabalho e pensões) foi superior a 4.000 milhões de euros, mas com o governo PSD/CDS-PP a dívida pública continua a crescer mais de mil milhões de euros por mês, número nunca visto...

No próximo 1º de Maio completam-se 41 anos desde que conseguimos romper com 40 anos de ditadura e criar as bases para a conquista de direitos fundamentais de cidadãos e cidadãs. Como já referimos, volvidos estes anos de democracia, deparamo-nos com enormes retrocessos no que toca ao direito ao trabalho, à educação, à saúde ou à habitação. Do mesmo modo, as prestações sociais e as pensões estão ameaçadas pela diminuição deliberada do financiamento da segurança social.

O medo está, pois, de regresso, mas os portugueses saberão matá-lo, erguendo-se perante a ignomínia!

Como elo mais próximo de ligação entre a cidadania e o Estado, dado o seu carácter de representação política e democrática, esta Assembleia Municipal não pode ficar alheia a esta data, já que se trata de um organismo democrático ao alcance das pessoas através do qual podem tomar voz e ver reivindicados os seus direitos.

O 25 de Abril não morreu no coração do nosso povo!

Assim, a Assembleia Municipal da Maia, reunida em 29 de Abril de 2015, saúda o 1º de Maio, as conquistas dos trabalhadores e do povo; Manifesta a sua oposição às políticas de austeridade que forçam a população da Maia um cada vez maior empobrecimento;

O POVO É QUEM MAIS ORDENA!

Os representantes do BE

Silvestre Pereira

Luísa Oliveira